

Casos de lesões e distúrbios por trabalho aumentam 27% na cidade

Foram 571 mil ocorrências em 2023, mas, em 2025, a quantidade subiu para 725 mil

Da Redação

Campinas registrou aumento de 26,8% nos atendimentos por lesões e distúrbios relacionados ao trabalho entre os anos de 2023 e 2025, passando de 571 mil para 725 mil casos. Os dados constam em levantamento do Departamento Regional de Saúde de Campinas. O crescimento indica o registro de notificações no sistema de saúde pública da cidade. O aumento estatístico é atribuído por especialistas e gestores públicos à ampliação da vigilância e ao fortalecimento das notificações compulsórias pelas unidades de saúde. Esse processo ocorre por meio da integração entre o Departamento de Vigilância em Saúde e o Ministério Público do Trabalho.

O objetivo da estratégia é reduzir a subnotificação histórica de doenças ocupacionais.

Os registros incluem agravos como Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao trabalho. Também estão inseridos no monitoramento os transtornos mentais e comportamentais originados no ambiente laboral. A análise dos dados mostra que a maior parte das notificações provém de setores específicos da economia local.

A Secretaria de Saúde de Campinas utiliza esses dados para mapear os locais de trabalho com maior incidência de problemas.



Ministério da Saúde

Crescimento é atribuído à ampliação da vigilância e às notificações pelas unidades de saúde

O cruzamento de informações permite identificar empresas com ambientes considerados prejudiciais à saúde dos funcionários.

Essa identificação fundamenta a aplicação de políticas públicas de prevenção e fiscalização.

O Ministério Público do Trabalho utiliza as estatísticas para monitorar o cumprimento de normas de segurança e higiene ocupacional. A notificação correta no sistema é o instrumento que

possibilita o reconhecimento do nexo causal entre a atividade profissional e a patologia apresentada pelo paciente.

A evolução dos atendimentos por saúde mental em Campinas também apresenta recordes. Em dez anos, a demanda por esse tipo de assistência cresceu seis vezes na rede pública. O coordenador de Saúde Mental da Secretaria de Saúde associa parte dessa demanda às condições de

trabalho. A expansão da Rede de Atenção Psicossocial, com a abertura de novos Centros de Atenção Psicossocial e o fortalecimento de equipes nos centros de saúde, contribuiu para a absorção da demanda e o registro oficial das ocorrências. A prefeitura de Campinas mantém fluxo de informações com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, que compila dados de trabalho formal da Previdência

Social. A meta dos órgãos públicos é que os números continuem a apresentar crescimento até que as estatísticas oficiais coincidam com a realidade dos acidentes e doenças que ocorrem no cotidiano laboral. O enfrentamento à subnotificação é realizado por meio de treinamento de médicos e enfermeiros para que identifiquem a origem ocupacional dos sintomas durante a consulta.

O que diz a Lei

A legislação brasileira exige a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho pelo empregador. Quando a empresa não realiza o procedimento, o serviço de saúde deve registrar o agravo no Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

A vigilância epidemiológica monitora os dados para intervenções em ambientes de trabalho que oferecem riscos à integridade física e mental dos trabalhadores do município. O foco é a prevenção de novos casos por meio do controle dos agentes causadores de doenças e acidentes em todos os setores produtivos da cidade.

LER e DORT

LER significa lesões por esforços repetitivos. DORT indica distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. A previdência social adotou DORT para abranger quadros além da repetição, incluindo fadiga, má postura e estresse físico.

Reconstrução prioritária a vítimas de violência

Câmara Municipal de Campinas

O vereador Paulo Haddad (PSD-SP), que preside a Comissão de Política Social e Saúde na Câmara de Campinas, protocolou um projeto de lei que garante prioridade na reparação de danos na face e dentes de pessoas que sofreram agressões no ambiente doméstico.

O atendimento deve ocorrer em centros de saúde, pronto-socorros e unidades de pronto atendimento que disponham de especialistas em saúde bucal.

“Estamos falando de pessoas que infelizmente tiveram a boca e o rosto destruídos por socos, pontapés, facadas e até tiros. E que, além da dor física em si, perdem totalmente a autoestima e ainda são obrigadas a se lembrar do que passaram, a reviver toda aquela violência, cada vez que olham no espelho”, pontua o vereador, que é médico e dentista.

O programa estabelece a formação de equipes para lidar com

lesões faciais em mulheres e menores de idade, além de buscar cooperação com o setor privado.

A meta é firmar parcerias com consultórios e hospitais particulares para oferecer tratamentos gratuitos. A proposta visa restaurar a função mastigatória e a estética dos pacientes atingidos por atos violentos.

“O Brasil enfrenta uma escalada da violência doméstica e as principais vítimas são mulheres, crianças e adolescentes que habitam o mesmo local do agressor. Em 2025 cerca de 3,7 milhões de brasileiras foram vítimas de algum tipo de violência doméstica ou familiar, segundo dados de pesquisa do DataSenado, e em 71% dos casos havia crianças presentes durante a agressão. E do ponto de vista psicológico, a violência se torna ainda mais grave quando deixa marcas nas vítimas, especialmente no rosto,

com perda de dentes, fraturas e lesões”, enfatiza o vereador.

A medida amplia diretrizes federais já existentes que focam na reconstrução dentária pelo Sistema Único de Saúde. O texto municipal inclui menores de idade no grupo beneficiado e reforça a urgência no agendamento de procedimentos reconstrutivos e ortodônticos.

Ampliação

“Com a promulgação da Lei, o SUS passou a assegurar o tratamento necessário, incluindo reconstrução, próteses, tratamentos estéticos e ortodônticos.

Contudo, a ideia deste projeto é priorizar esse atendimento e ainda ampliar a proteção, para incluir as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica ou familiar, buscando a reparação de lesões e a recuperação da autoestima”, conclui.



Proposta foi protocolada pelo vereador Paulo Haddad (PSD-SP)